



13783930



08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2021

Data: 21/01/2021	Hora de Início: 15h00
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora de Término: 16h06

UNIDADES PARTICIPANTES:

**SECRETARIA-EXECUTIVA; AECI; SENASP; SEGEN; SENAD; SEOP; SENACON; SENAJUS; DEPENDEN-
FUNAI; POLÍCIA FEDERAL; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; ARQUIVO NACIONAL**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 15 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes das unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) processo de contas do exercício de 2020; 4) Programa de Integridade; e 5) Programa de Gestão de Riscos. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-AUD/CGU - O Sr. Cláudio Py informou que em janeiro foi encaminhado para cada das unidades a Nota Técnica contemplando os resultados de cada área, demonstrando evolução no atendimento comparando trimestres. Apresentou inicialmente os resultados das ações das unidades, informando o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram em providência do gestor, informando que a quantidade diminuiu em 2/3 ao final de 2020 em relação ao início do ano, parabenizando a todos pelo empenho e pelas resoluções. Informou ainda um aumento das recomendações em análise na CGU.

2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta - O Sr. Cláudio Py (AECI) informou que foi encaminhado para cada das unidades a Nota Técnica contemplando os resultados de cada área, individualizadas para as áreas que possuem relacionamento direto com o TCU, como PF, PRF, FUNAI e CADE, com a ciência do Ministro sobre os resultados desse monitoramento. Parabenizou as unidades sobre o atendimento ao TCU. Em seguida, apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, ressaltando as que se encontram pendentes de resposta e informando que existem poucas pendências, apenas 10 comunicações, mas ainda dentro do prazo para resposta, sendo cinco já atendidas em 2021.

3) Processo de contas do exercício de 2020 - O Sr. Cláudio Py (AECI) ressaltou que já é do conhecimento das unidades as mudanças ocorridas para o processo de contas. Ressaltou a necessidade de disponibilizar à sociedade, conforme determina o TCU, até 31/12/2020, de determinadas informações. Informou que solicitou às áreas atenção

à mensagem do Ministro, que necessitam ser atualizadas as informações ali descritas. Esclareceu que as áreas tem que atualizar as informações durante o ano inteiro, algumas quase que diariamente. Observou que houve uma simplificação no processo de contas, mas que aumentou a necessidade de disponibilizar estas informações sempre atualizadas. A seguir mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.) para acessar as informações. Deixou para mostrar, ao final da reunião, o *Business Intelligence* - BI.

4) Implantação do Programa de Integridade - O Sr. Cláudio Py informou da aprovação, no dia anterior a esta reunião, do Plano de Integridade, em que algumas áreas tem apenas alguns pequenos ajustes a serem efetuados, mas que o Plano de Integridade será apresentado para aprovação na próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE. A 3ª Fase é composta das políticas públicas e os programas, e algumas unidades que se relacionam com o público externo. Ressaltou a nova campanha do Ministro em relação a Integridade e solicitou ampla divulgação nas áreas. Informou ter encaminhado para as áreas, via processo SEI 08001.000119/2021-17, o Plano Consolidado com todas as fases, para a manifestação até o dia 27/01/2021. Deixou para apresentar ao final da reunião o Plano de Integridade.

5) Programa de Gestão de Riscos - O Sr. Cláudio Py apresentou o quadro com os processos de trabalho estratégicos, que as unidades deverão abrir e fazer os lançamentos no Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos - AGIR, contendo o total de 69 (sessenta e nove) processos vinculados aos projetos estratégicos do MJSP, cujo gerenciamento de riscos é obrigatório. A seguir discorreu sobre o quadro informando os processos de cada unidade. Enfatizou que o prazo para aprovação do restante é até 31 de março de 2021.

Encerrada a apresentação e esclarecimentos da pauta, o Sr. Cláudio Py compartilhou o acesso ao *Business Intelligence* - BI, mostrando a página do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br>) que contém a parte de "TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS". Mostrou a página do BI e esclareceu que o BI demonstra a missão institucional do MJ. Mostrou o local estão as diversas informações do Controle, Corregedoria e outras áreas. Mostrou a página referente ao Controle Interno, com as informações que mostram a transparência solicitada pelo TCU, atualizada até 29/12/2020. Mostrou todos os Acórdãos do TCU ali descritos e ressaltou que alguns estão com providências em andamento, que necessitam de atenção das unidades para o completo atendimento. Informou que estas informações eram as do relatório de gestão, que agora estão nessa plataforma de BI.

Em seguida, o Sr. Cláudio Py apresentou o Plano de Integridade a ser aprovado pelo CGE. Informou que o trabalho foi intenso e que foram mais de 2900 riscos selecionados pelas diversas áreas, sendo que 124 tiveram medidas de tratamento identificadas, que necessitam ser acompanhadas e monitoradas as implementações nos prazos definidos pelas unidades.

Aberto os questionamentos, o Sr. Vinicius (SEOPI) perguntou sobre o processo com prazo para 31/03/2021, a respeito do monitoramento dos riscos no Sistema AGIR, se o prazo refere-se à efetiva conclusão do tratamento de todos os riscos ou se é ao início do monitoramento junto ao Sistema AGIR.

O Sr. Cláudio Py respondeu que os riscos já foram levantados e que portanto o prazo é para atualização, informando o estágio em que se encontra o tratamento. Mas que, se possível, seria interessante já ter sido realizada a avaliação, para que se possa proceder à apresentação dos resultados, mesmo que não tenha sido submetido à aprovação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Henrique Cesar Sisterolli Kamchen, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 28/01/2021, às 17:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique César Sisterolli Kamchen, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno**, em 03/02/2021, às 10:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Roberto Fay de Sousa, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 03/02/2021, às 10:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 03/02/2021, às 11:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CYNTHIA FONSECA XAVIER DA SILVEIRA, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 03/02/2021, às 14:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 03/02/2021, às 14:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 04/02/2021, às 02:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 04/02/2021, às 11:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 04/02/2021, às 15:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 08/02/2021, às 15:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13783930** e o código CRC **E6B51DF8**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.